

**UM ESTUDO (SÓCIO)LINGUÍSTICO DO SUJEITO DE REFERÊNCIA
INDETERMINADA EM REDAÇÕES ESCOLARES DE ALUNOS DO ENSINO
MÉDIO¹**

***A STUDY (SOCIO)LINGUISTIC OF SUBJECT OF INDETERMINATE REFERENCE
IN NEWSROOMS SCHOOL OF MIDDLE SCHOOL STUDENTS²***

Wallace Dantas (UFRN/PPgEL/CERES)³

RESUMO: Neste artigo, propomos uma análise do sujeito de referência indeterminada nas redações escolares (gênero dissertativo-argumentativo) de alunos do ensino médio, em escolas particulares do estado da Paraíba. Objetivamos compreender como tal sujeito é usado a partir do contexto de formalidade inerente à produção do gênero textual em questão. Para a análise da indeterminação do sujeito nos textos tomaremos por base os estudos propostos por Duarte (2013) e Martins (2005, 2013). Recorreremos quando necessário a Kato e Nascimento (2015) para analisarmos as estruturas das sentenças utilizadas para a ocorrência de tal sujeito. Quanto às diretrizes da abordagem sociolinguística, recorreremos ainda a Labov (2008) e Coelho et al (2015). Por fim, para subsidiar os comentários relacionados ao gênero textual em questão, recorreremos aos postulados teóricos de Dantas (2015), Marcuschi (2002), Bakhtin (2003), Rodrigues (2005) e Rojo (2005).

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito; Sociolinguística; Ensino Médio; Dissertação-argumentação; ENEM

ABSTRACT: *At this paper, we propose an analysis of the subject of indeterminate reference in school newsrooms (dissertative-argumentative genre) of middle school students in private schools in the state of Paraíba. We aimed to comprehend how such a subject is used from the context of formality inherent in the production of the textual genre in question. we resort the when necessary a Kato e Nascimento (2015) to we analyze the sentence structures utilized to the occurrence of such subject. The guidelines of the sociolinguistic approach, still we resort to Labov (2008) and Coelho et al (2015). Lastly, to subsidize the comments relating to the genre in question,we resort to the theoretical postulates of Dantas (2015), Marcuschi (2002), Bakhtin (2003), Robinson (2005) and Rojo (2005).*

KEYWORDS: *Subject; Sociolinguistic; Secondary school; Dissertation-argumentation; ENEM*

¹ Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Ensino de Português e Linguística - PPgEL/UFRN, orientado pelo Prof. Dr. Marco Antonio Martins (UFSC).

² Agradecemos ao amigo Milton José de Souza Dantunes pela tradução para o inglês.

³ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PpgEL/UFRN, campus de Natal. E-mail: wallace.dantas@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A Sociolinguística “estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos” (COELHO, et al, 2015, p. 12), considerando a língua em uso real, falada por falantes reais, em uma dada situação de comunicação. Busca, também, deixar claros os fenômenos variáveis que se inserem na língua, como também fora dela, sempre em contato com a sociedade.

A língua apresenta parâmetros que, em seu estudo, devem ser considerados, como os aspectos sociais, geográficos e históricos, principalmente (CALVET, 2002). Estes, por sua vez, darão origem às variações que permeiam a língua, como, por exemplo, diastrática, diatópicas e diacrônicas (IDEM, 2002), assim, entendemos que na Sociolinguística há uma relação entre a língua que se fala e a sociedade na qual se vive.

Não podemos, então, deixar de falar em *variação* e *mudança*, elementos que são basilares nos estudos da Sociolinguística, principalmente considerando os postulados propostos por William Labov (2008). A primeira – *variação* - entendida como sendo formada por um conjunto de fatores que fazem com que percebamos que a língua muda, varia, se adequa aos falantes com os quais interagimos, a partir de fatores extralinguísticos; a segunda – *mudança* -, relacionada aos estados nos quais a língua se encontra, considerando longos e contínuos processos históricos de mudança. Assim, à luz dos postulados labovianos, podemos afirmar que, na língua, nem tudo que varia muda, mas toda mudança pressupõe uma variação.

Para Labov (2008), a língua não é uma propriedade do ser individual, porém é e pertence à comunidade, ou seja, é um elemento social. No entanto, diferentemente de Saussure, Chomsky e outros, o sociolinguista americano crê que o novo método de fazer linguística é estudando empiricamente as comunidades de fala. (COAN; FREITAG, 2010, p. 175).

Percebemos que o que propõe Labov, diz respeito a uma Sociolinguística com o objetivo de estudar, analisar, verificar a estrutura e evolução da língua num determinado contexto social da comunidade. Nosso trabalho, portanto, está inserido no campo da Linguística Teórica e Descritiva, tomando como base os postulados de Labov (2008). O que estamos propondo a discutir aqui diz respeito a casos

condizentes com uma realidade proveniente de escolas particulares do alto sertão do Estado da Paraíba

Tomando como ponto de análise o sujeito de referência indeterminada no português brasileiro culto (Duarte, 2013), analisaremos neste artigo como tais ocorrências se dão em redações escolares, a partir da dissertação-argumentação, tendo em vista que, conforme nos diz o Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM, não deve existir essa relação de interlocução entre produtor do texto/aluno e interlocutor/corretor da redação, ou seja (à luz das regras estabelecidas pelo próprio exame), não pode haver “Vocativos, ao estilo de Machado de Assis, ou algum contato breve com um ente indeterminado.”⁴

O que nos inquieta neste estudo nada mais são do que as várias ocorrências do sujeito indeterminado, mesmo quando os ditames do ENEM proíbem ou sugerem de outra forma tais usos. A partir de uma análise de textos produzidos ao longo do ano de 2015, deteremos nosso olhar às ocorrências de como a indeterminação é realizada nas produções escolares dos alunos da rede privada de ensino, em uma cidade do alto sertão do estado da Paraíba.

1. Algumas notas sobre a definição de sujeito:

2.1. À luz das Gramáticas Tradicionais (doravante GT)

Bechara (2009) nos diz que toda manifestação linguageira acontece por meio de enunciados, que podem ser entendidos, na tradição brasileira, também como períodos. Para tanto, o autor diz que a construção linguística que se refere a uma experiência comunicada, sendo, portanto, aceita pelo interlocutor, pode ser entendida como *período* ou *enunciado*. Em seguida, diz que *oração* e *frase* são os tipos de enunciados mais comuns: aquele precisa de verbo para existir; este pode ser desprovido de verbo. Deixa claro também que é na oração, por possuir relação predicativa, que a gramática deterá seu olhar. O sujeito não é a pedra angular, mas o predicado, tanto do ponto de vista constitutivo, como do ponto de vista da relação predicativa que é necessária. No entanto, havendo sujeito, este nada mais é que uma explicitação da noção de pessoa proveniente dos morfemas que estão na forma

⁴ Informação contida nas regras apresentadas aos corretores de redação do ENEM.

verbal do predicado (ou do SV), como em <Morri>; <Eu morri>. Assim, para o referido autor, o sujeito é o termo da oração que, com o núcleo do predicado, estabelece uma relação predicativa. “É , na realidade, uma *explicitação léxica* do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal.” (idem, 2009, p. 409) Por fim, Bechara (2009) ainda nos fala que o sujeito não é uma noção semântica, mas gramatical por fazer sempre referência a uma realidade designada, tal qual ocorre com as noções de *agente* e *paciente* (p. 409); o sujeito possui como característica fundamental a adaptação ao número, gênero e pessoa do verbo constituinte do predicado; normalmente vem à esquerda do predicado; e sendo explicitado na oração pode ser representado por substantivo, pronome ou equivalente. (idem, 2009, p. 409).

Para Cunha e Cintra (2013), frase possui sentido e, dependendo da situação, pode ser constituída por verbo, formando assim o que chamam de período simples e composto, dando a entender que frase e período são sinônimos. Conceituam sujeito como sendo “o ser sobre o qual se faz uma declaração” e o predicado como sendo “tudo aquilo que se diz do sujeito”, dizendo que os tais são ‘essenciais’ (idem, p. 136). Distinguem o SN (Sintagma Nominal) do SV (Sintagma Verbal) dizendo que o primeiro pode possuir determinantes e modificadores e o nome como núcleo; o segundo, apenas modificadores e sintagmas nominais. Quanto ao sujeito, dizem brevemente que os sujeitos de primeira e segunda pessoa são, obviamente, representados pelos pronomes pessoais do caso reto *eu* e *tu*, *nós* e *vós*, como por combinações que podem ser equivalentes (ex.: *eu* e *ele*). Porém, explicitam que o de terceira pessoa pode aparecer, tendo como núcleo, na forma de substantivo, pronomes pessoas de terceira pessoa, pronomes demonstrativo, relativo, interrogativo e indefinido, numeral, palavra ou expressão substantivada e oração substantiva subjetiva. Em seguida, nos dizem que, para que haja sujeito indeterminado, existem dois casos a ser vistos: ou o verbo na terceira pessoa do plural, ou na terceira pessoa do singular, com o pronome *se*, sendo possível esses dois processos ocorrerem em um único período.

1.2. À luz da Linguística

Perini (2010, p 65), em *Gramática do Português Brasileiro*, antes de tratar do sujeito em si, tece comentários sobre a oração dizendo que, basicamente, os elementos que a compõem são o verbo, os complementos e os adjuntos, mas, dependendo da oração, podemos ter a negação verbal e o verbo auxiliar. O verbo, por sua vez, 'pode' ser obrigatório, quanto que os demais elementos podem, sem problemas semânticos, se ausentarem da estrutura oracional.

O entendimento sobre o que seja o "sujeito" (entre aspas mesmo) apresentada por Perini (2010) parte do seguinte comentário realizado pelo autor:

A noção de "sujeito" como função sintática nasce da seguinte observação: em português (como em muitas outras línguas), um dos papéis temáticos associados ao verbo pode ser elaborado duas vezes: por um dos SNs presentes na oração, e, redundantemente, pelo sufixo de pessoa-número do verbo. (idem, 2010, p. 66-67)

Para tanto, buscando entender o que seja o sujeito à luz da teoria de Perini, em um exemplo como

1 – Eu vendi um apartamento

há a presença de dois SNs que se associam ao verbo: o primeiro, **eu**; o segundo, **um apartamento**. O primeiro sintagma nominal exerce a função de agente, o segundo sintagma, de paciente. O Agente, por sua vez, ganha também uma representação com a desinência do verbo –i (sufixo de pessoa-número), e o Paciente é representado apenas e tão somente pelo SN que se encontra após a forma verbal. Para Perini, portanto, tais construções podem aparecer com SN inicial omitido como em

2 – Vendi um apartamento

onde o agente ainda continua no sufixo constituinte do/no verbo, mostrando que nada, na construção oracional de 2, foi perdido.

Porém, Perini (2010), em orações como a que se encontra em 3, diz que a possibilidade de omissão do sintagma inicial não é possível.

3 – Meu pai vendeu um apartamento

Considerando a forma verbal ‘vendeu’, o sufixo do verbo ‘- eu’ nos informa que o Agente não é a primeira pessoa do singular, no caso, eu; mas qualquer pessoa (meu tio, minha tia, minha irmã, meu pai). Ou seja, no caso de 3, a informação proveniente do verbo é extremamente vaga, havendo a necessidade, em termos de informação, de inserir um SN inicial para melhor explicitar a referência contida no verbo. Assim, construções em primeira e segunda pessoa admitem omissão do sintagma inicial, mas as de terceira pessoa (fora do contexto), não (Perini, 2010, p. 67).

Partindo disso, conforme nos diz Perini (2010), os SNs que aparecem antes do verbo são o que chamamos de **sujeito**, sendo o principal responsável em indicar o Agente, sendo redundante em 1, mas não em 3. Assim, para o referido autor, uma frase como a que se encontra em 2 não apresenta sujeito, por não apresentar SN inicial, ou seja, antes do verbo. Podemos, então, perceber que nos exemplos acima, o Agente tanto pode ser representado por um SN inicial, como pelo sufixo contido no verbo, situação que nem sempre ocorre.

Perini (2010, p. 69), por fim, apresenta um quadro com regra aplicável (apesar de deixar claro que tal regra ainda precisa de muita elaboração) à identificação do sujeito, sem lançar mão de papéis temáticos dos vários constituintes oracionais, já que existe uma necessidade de saber quem é o sujeito. Vamos às regras:

Regra de identificação do sujeito

Condição prévia: O sujeito é um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo.

- (i) Se na oração só houver um SN nessas condições, esse SN é o sujeito.
- (ii) Se houver mais de um SN, então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo.
- (iii) Mas se o SN em questão for um clítico (*me, te, nos, se*), ele não conta, e o sujeito é o SN precedente.

Quadro 1.: Perini (2010, p. 69)

Castilho (2010, p 289), na sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, apresenta uma distinção de sujeito pautada ora em termos sintáticos, ora discursivos, ora semânticos. Para ele, a abordagem multissistêmica da língua trata naturalmente tal complexidade categórica. Considerando os aspectos sintáticos, para Castilho (2010), o sujeito pode ser compreendido a partir das seguintes propriedades:

Propriedades Sintáticas do Sujeito

- 1) É expresso por um Sintagma Nominal – SN;
- 2) Figura habitualmente antes do verbo;
- 3) Determina a Concordância do verbo;
- 4) É pronominalizável por *ele*;
- 5) Pode ser elidido.

Quadro 2.: Castilho (2010, p. 289)

Castilho, em seguida, esclarece que tais propriedades lembram as que foram propostas por Perini (1985). Para exemplos de sujeito sentencial, vejamos alguns casos:

- 4 - a) **Eu** fui à feira.
b) \emptyset Ficamos trancados no quarto.
c) **Eu** conheci o povo daquela cidade.
d) **Pedro** descobriu os segredos do time.
e) Amanhã \emptyset te pego.
f) É possível **que elas não comprem nada hoje**.

Podemos, então, perceber que o sujeito pode ser expresso: i) por uma expressão nominal (4d); por uma expressão pronominal (4a e 4c); por uma sentença (4f); por um zero sintático (4b e 4e). O sujeito preenchido pode, conforme Castilho (2010), vir antes ou depois do verbo, sendo constituídos por substantivo, pronome, sentença substantiva e categoria vazia.

Tratando da propriedade semântica, Castilho (2010, p. 296) nos diz que a 'agentividade' é a característica mais comum. Mais adiante, no tocante à caracterização do sujeito do ponto de vista semântico, o referido autor chama nossa atenção falando da ampla discussão quanto à i) animacidade/não-animacidade, ii) referencialidade/não-referencialidade, que está ligada à iii) determinação/indeterminação do sujeito.

Percebemos, então, a necessidade premente de determos o nosso olhar sobre o estudo da indeterminação do sujeito, conforme também já nos falou Duarte (2013), nos concedendo uma nova análise do uso e definição de tal sujeito.

Classificado geralmente como "argumento externo" (Duarte, 2013, p. 195), o sujeito não é tão essencial assim (conforme já dito pela gramática tradicional, doravante GT, que apresenta a tripartição- Termos Essenciais, Termos Integrantes e Termos Acessórios), posto – conforme questionamentos da referida autora – haver as chamadas "orações sem sujeito". Ela nos sugere que, caso estejamos a fim de descrever, analisar e entender a estrutura oracional, é bem mais proveitoso e coerente determos nosso olhar para o "predicador", tratando o 'sujeito' como um entre os vários outros termos que estão a ele articulados.

Para Duarte (2013), conceituar o sujeito em simples, composto, determinado e indeterminado, além de mencionar as chamadas orações sem sujeito, é misturar conceitos sintáticos e semânticos equivocados, sem falar que é um fator irrelevante para a análise proposta, afirmando que qualquer consideração inadequada deve ser descartada.

Sobre o sujeito indeterminado – como classifica a gramática tradicional -, Duarte (2013) nos diz que tal classificação é meramente semântica, sem contar que só faz sentido se houver um sujeito determinado, em outras palavras, um sujeito que, no contexto discursivo, apresenta "referência definida". A partir de então, e considerando as palavras da autora, há uma sugestão de classificação de sujeito: "(a) quanto à forma (estrutura), o sujeito pode vir expresso ou não expresso; (b) quanto à referência (seu conteúdo, seu valor semântico), o sujeito pode ter referência definida, indefinida ou não ter qualquer referência". (IDEM, 2013, p. 195) Vejamos, então, um quadro que a própria autora propõe, concernente à classificação ora mencionada:

REFERÊNCIA	FORMA	
	Não Expresso	Expresso
Definida	_Fui / _Fomos / _Foram ao teatro ontem.	Eu/Nós/As meninas/Elas foram ao teatro ontem.
Indefinida	_ Roubaram as rosas do jardim. _ Precisamos de ordem e progresso. _ Não usa mais máquina de escrever. _ Vende apartamento.	Eles estão assaltando nesse bairro. Nós precisamos de ordem e progresso. A gente precisa de ordem e progresso. Você vê muito comércio no centro.
Sem referência	_ Choveu muito. _ Fez frio. _ Houve confusão.	_____ _____ _____

Quadro 3.: A classificação do argumento externo segundo sua forma e referência (conteúdo).
 (DUARTE, 2013, p. 196)

Duarte nos diz que, no português brasileiro - PB, há uma maior ocorrência do sujeito de forma referida expressa, seja na primeira, quanto na segunda pessoa e, também, terceira, isso na modalidade oral. Mais adiante, ela nos diz que, na modalidade escrita padrão, considerando gêneros mais formais, há a predominância dos sujeitos de referência definida não expressos.

Quanto aos sujeitos de referência indeterminada, para a autora, são, atualmente, mais expressos na fala, seja por meio dos pronomes “eles”, “a gente” e, mais em destaque, o “você”. É importante, lembrar o que a autora diz, no tocante a ausência de outras formas de indeterminação, no quadro em estudo, como o *se*, que será analisado em outras situações.

A partir disso, entendemos que, dentro da sala de aula, há uma necessidade de debates e análises sobre o sujeito gramatical (MARTINS, 2013, p 205). No

entanto, é importante entendermos que o estudo do sujeito na escola deve acontecer a partir da “**gramática** dos alunos, entendendo gramática aqui enquanto o **conhecimento linguístico que um indivíduo porque sabe/conhece/fala uma língua**” (IDEM, 2013, p. 204 – grifos do autor). Assim, é importante dizermos que, tais formas de referência indefinida – *eles, nós, a gente, você* – são sempre vistas, com grande frequência, na escrita da dissertação argumentativa. No entanto, à luz da gramática tradicional, apenas as duas primeiras são permitidas na produção de tal gênero, sendo, portanto, as demais excluídas por se tratarem de “diálogo com o interlocutor”⁵

Duarte (2013) afirma que tais formas são corriqueiras na fala, porém, nas análises que apresentaremos aqui, perceberemos que tais ocorrências se fazem presente na produção do gênero solicitado pelo ENEM e trabalhado nas aulas de Produção de texto, sendo, portanto, um momento de formalidade e realizados na escrita. É justamente tal realidade que nos inquieta e nos leva a debater o porquê de tal fenômeno acontecer de forma diferente do que se tem afirmado em estudos publicados sobre o sujeito de referência indeterminada.

2. Uma breve análise do sujeito de referência indeterminada nas redações escolares dos alunos de ensino médio

2.1 Os elementos da pesquisa

É importante dizermos que o corpus que ora apresentamos é proveniente de 76 redações escolares produzidas por alunos da rede privada de ensino do estado da Paraíba durante o primeiro semestre de 2015. Os textos analisados são da produção do gênero dissertativo-argumentativo desses alunos, produções essas sempre pautadas nos moldes propostos pelo ENEM e apresentados em sala de aula. O alunado é formado por turmas de primeiro, segundo e terceiro ano, da rede privada de ensino de uma cidade do sertão paraibano. Todo o trabalho feito está pautado no sistema de ensino adotado pela escola – o Sistema Ari de Sá⁶ - que

⁵ A expressão em aspas refere-se a uma das regras do Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM, que é repassada aos corretores de redação, no processo de formação destes.

⁶ Para maiores informações sobre tal sistema de ensino acessar o link: <http://www.portalsas.com.br/>

tenta se aproximar dos ditames estabelecidos pelo ENEM. No entanto, o trabalho docente desenvolvido em sala é, além das regras ditadas pelo referido sistema de ensino, alicerçado nos critérios expostos pelo Edital de Redação do ENEM⁷.

As aulas sempre aconteciam tendo em vista o que – pelo SAS – é conhecido como uso efetivo da norma padrão da língua portuguesa, considerando o que exige a Competência I da redação do ENEM, a saber: “I - Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa”⁸. Para tanto, há a necessidade de um trabalho exaustivo tendo em vista a padronização da língua para a produção de tal gênero, ainda se considerarmos o contexto de escrita, tido como mais formal. As redações nas quais os trechos seguem são de temas diversos, porque acreditamos que o que interessa é a produção escrita, independente do assunto abordado. Os dados serão transcritos conforme escritos pelos alunos.

Apresentamos resultados provenientes de contexto de formalidade (esfera escolar), que exige dos seres que nele estão a formalidade da língua, conforme já apontou Duarte (2013) em seus estudos sobre sujeito e que estão servindo de fundamento para o trabalho que aqui propomos. Percebemos que os sujeitos analisados pela autora e tão corriqueiros na oralidade, contundentemente estão presentes na situação formal de comunicação, ou seja, o contexto de produção escrita – o contexto da produção da dissertação argumentativa.

É importante ainda ressaltarmos que a escolha de tal gênero não se deu de forma aleatória, mas planejada e guiada pela observação dos fenômenos de uso de tais sujeitos já analisados em um contexto por Duarte (2013). Os informantes, todos de faixa etária entre 14 a 17 anos, somando um total de 76 adolescentes escreveram seus textos sempre após a ministração da aula de “Produção Textual”, considerando as Competências e Habilidades do ENEM. Algumas das diretrizes usadas para o uso da norma padrão exigido pelo referido exame pautam-se nas reuniões de formação dos corretores de redação do ENEM⁹.

⁷ Para acessar o material ver link: download.inep.gov.br/educacao.../enem/.../guia_participante_redacao_enem2012.pdf

⁸ Para maiores detalhes sobre as competências para a redação– e a competência mencionada – ver Edital de Redação do Enem.

⁹ A regra em específico a que nos referimos, diz respeito a que consta referenciada na nota de rodapé número 5. Não apresentamos o documento na sua integralidade, por não termos tido liberação do INEP para isso, posto serem informações sigilosas – segundo as reuniões que anualmente acontecem.

2.2 O sujeito de referência determinada: contrapontos

Em um primeiro momento, a partir do panorama apresentado por Duarte (2013), que diz que os sujeitos de referência definida expressos são mais usuais na linguagem oral, nas dissertações argumentações, temos, por exemplo, os seguintes casos – que serão transcritos da forma que consta no original, inclusive considerando toda e qualquer inadequação gramatical:

5 a- **As pessoas** com suas diferenças, como a cor de pele, gosto musical, entre outros, **elas** tem o direito de se expressar como quiser segundo nossa legislação.

5 b – **A bicicleta** é um item essencial nas grandes cidades, **ela** está cada vez mais difícil de se movimentar devido a quantidade de carros que aumenta cada vez mais.

5 c – **O estado laico** permite ao cidadão acreditar no que quiser sem a intervenção do estado e da religião. **Ele** busca acabar com a opressão...

5 d – **A obesidade infantil**, é um problema grave para a saúde pública, ocorre quando as crianças começam a ter uma alimentação disregrada. **Ela** pode acarretar outros problemas...

5 e – **O trânsito** é formado pelos veículos e os pedestres cada um com seus direitos e deveres tendo que respeitar os demais. **Ele** também é formado pelas vias que devem estar em boas condições...

Considerando o quadro proposto por Duarte (2013), mesmo após o procedimento metodológico precedente às aulas de PT, percebemos, em redações distintas, cinco casos (5ª até 5e) de ocorrências do sujeito pronominal expresso de forma definida, julgado pela autora como recorrentes da fala oral, sendo usados no contexto de formalidade, conforme solicitado pelo ENEM. Observamos que houve, por parte dos alunos autores dos trechos acima transcritos, uma preferência pelo sujeito expresso determinado na 3PS, em sentenças finitas, ou seja, as que exibem o verbo da oração flexionado em tempo, modo, número e pessoa. Acreditamos que tais usos – como forma até mesmo de elementos coesivos – se deram pela

exigência gramatical e padrão do ENEM em preferir a terceira pessoa do singular.

Duarte (2013) afirma que “na escrita padrão, em gêneros mais formais, ainda predomina os sujeitos de referência definida não expressos”, e concordamos com ela, mas percebemos – mesmo que preliminarmente neste artigo – que isso não procede, considerando os pontos expostos acima. Acreditamos que o “predomina” soa muito forte em se tratando de contextos sociais de interação. Vejamos alguns casos de tais sujeitos de referência definida expressos que ocorreram com bastante frequência nas dissertações analisadas:

6 a – **As redes sociais** tem um poder enorme no mundo da tecnologia da atualidade, (...)

6 b – **A modernidade** avança ainda mais, (...)

6 c – **A intolerância** é caracterizada pela falta de habilidade ou vontade de respeitar a diferença do próximo.

6 d – **As escolas brasileiras** não são exemplos pra nenhum lugar do mundo, (...)

Chamamos a atenção para a predominância da 3PS. Para o ENEM, conforme dito no segundo ponto deste artigo, é preferível tal construção. No entanto, conforme trabalhos publicados por Duarte (2013) e Martins (2005) há formas de indeterminação do sujeito diferentes das ditas pela GT. No entanto, conforme o exame nacional, essas demais formas não são permitidas, salvo a 1PP em sentido genérico – conforme regras do próprio ENEM.

2.3 O sujeito de referência indeterminada: ocorrências nas redações escolares e comentários

Alguns trabalhos (MILANEZ, 1982; CAVALCANTE, 1998; GODOY, 1999) explicitam que o sistema linguístico do português do Brasil apresenta outras formas de indeterminação do sujeito que transcende às formas já preconizadas pela GT, a saber: **nós, gente, você(s), ele(s), Ø + verbo na terceira pessoa do singular, Ø +**

infinitivo¹⁰

Passemos a outras construções de sujeito nas redações dos alunos do ensino médio, nas quais podemos perceber a indeterminação do sujeito, não permitida (em grande parte) conforme normatividade da gramática escolar na qual o ENEM se pauta. É importante considerarmos que, ao contrário do que afirma a gramática normativa, há sim, várias possibilidades de se indeterminar o sujeito, conforme já dito aqui. Vamos aos exemplos:

7 a- **É preciso** modificar essa realidade por meio da democratização do ensino superior, (...)

7 b – Entretanto, **existem** pessoas que não possuem vínculos com os mesmos, (...)

7 c – **Pode-se** inferir que apesar do estudo se apresentar como uma tábua de salvação, (...)

7 d – (...), **é preciso** que ocorra o investimento por parte do governo nessas alternativas de educação já vigentes no país.

7 e - ... **podem-se** apresentar diversas soluções, (...)

7 f – (...), **devemos** levar em conta as péssimas condições de estudos no Brasil...

7 g – **Devemos** considerar, antes de tudo, que muitos moram nas ruas por serem dependentes químicos.

7 h – (...) **deve-se** colocar um ponto final nesse tal de preconceito, (...)

7 i – (...) então também **não se julga** uma pessoa pela aparência, sem ao menos conhece-la.

7 j- Entretanto, **vivemos** em uma democracia e devemos respeitar a opção do próximo, portanto **deve-se** incentivar por meio de programas para termos uma população mais tolerante.

7 k – Porém **precisam** continuar e começar a ser mais sustentável...

7 l – Em alguns casos de culturas extremistas **deve-se** empregar o diálogo, (...)

7 m – **É necessário** a criação de campanhas em jornais, televisão e outros

¹⁰ Lembramos aqui explicitamente as tradicionais formas da GT: *verbo na 3PP e Ø + verbo + se*. Sugerimos a leitura de Martins e Coelho (2007) para uma análise detalhada deste último tipo de ocorrência de indeterminação do sujeito.

meios de comunicação, (...)

7 n – **Deve-se refletir** que se existe políticos corruptos e que existe eleitores corruptos...

7 o – **Precisamos** de bons gestores...

7 p – **Precisamos** parar pra pensar que a juventude de hoje será os adultos de amanhã...

Partindo do quadro analítico proposto por Duarte (2013) e que tem servido de fundamento para esta breve análise, vemos, considerando o contexto de produção de tais enunciados, que o sujeito de referência indeterminada é o que acontece com mais frequência nas produções textuais e isso se dá, conforme já dissemos, pelo fator de “imposição” da norma padrão da Língua portuguesa no ENEM, à luz da competência I. No entanto, percebemos que há ocorrência de indeterminação acima apresentadas que não são permitidas no exame¹¹, como, por exemplo, as que estão em 7f, 7g, 7o e 7p – por se tratar de construções que, no contexto, se quer apresentam o que eles chamam de “sentido genérico”, pelo fato do redator se inserir no discurso escrito e ter-se como parte do processo de argumentação da produção do gênero em debate.

Em 7a, 7d e 7m, percebemos a preferência pela construção proveniente do período subordinado, composto pela subordinada substantiva. Observamos que tais construções são típicas do parágrafo conclusivo do gênero dissertativo-argumentativo, com poucas ocorrências na construção dos argumentos, portanto, no desenvolvimento. Em alguns casos, tais construções, mesmo na conclusão, se misturavam com construções iguais às de 7o e 7p, como se vê em 7j.

Vemos, então, que a partir dos exemplos dados, a preferência para o sujeito de referência indeterminada não expresso é o uso mais corrente, principalmente na argumentação e na conclusão do texto dissertativo-argumentativo. Percebemos que as maiores ocorrências de sujeito de referência determinada – conforme casos apresentados em 3.2 – aconteciam mais na introdução do gênero em questão.

É importante pensarmos que tais escolhas se explicam – se é que se explicam

¹¹ É importante deixarmos claro que, conforme regras do ENEM, sempre há uma solicitação para uso efetivo daquilo que a gramática normativa chama de “impessoalização da linguagem”, que é proveniente do uso da 3P.

tão fácil assim! – pela estrutura de dissertação-argumentação sugerida pelo ENEM, na qual, na parte introdutória, deve haver uma tese¹². Para os discentes, mesmo após toda uma exposição de regras da GT, a tese ainda parece ser um elemento particular, explícito, claro, ganhando vida, portanto, com as construções apresentadas em 5a até 5e e 6a até 6d.

3. Resignificação do trabalho com Sujeito de Referência Indeterminada nas Redações Escolares – contrapondo o ENEM

Sabemos que o trabalho com gêneros textuais vem se configurando como uma das tarefas mais complexas dos últimos anos nas escolas de ensino básico brasileiras, considerando o fato de que o quê, às vezes, falam as pesquisas desenvolvidas em nossas universidades e muito propagadas nos centros de ensino. Defendemos a ideia que os gêneros fazem parte do nosso cotidiano, por representarem sistemas sóciodiscursivos determinadas por uma dada situação formada/constituída por interlocutores que dividem os conhecimentos específicos da cultura na qual estão inseridos (MARCUSCHI, 2002; BAKHTIN, 2003; RODRIGUES, 2005; ROJO, 2005).

Considerando tal fato, não podemos tirar desse contexto o trabalho com o gênero dissertação-argumentação tão culturalmente difundido em nosso meio. E por ser culturalmente trabalhado e analisado dentro dos contextos sociais nos quais possa estar, o trabalho com ele, socialmente falando, deve ser considerado. Acreditamos que, neste momento, o trabalho escolar, que por sua vez ganha vida através do trabalho particular do professor em sala de aula, apresenta uma importância sem precedentes. Concordamos com as palavras de Dantas (2015) quando nos fala que:

¹² Conforme edital de redação do ENEM para a redação (2015), o gênero dissertativo-argumentativo deve obrigatoriamente apresentar a seguinte estrutura: Introdução (com uma tese sobre o tema abordado), Desenvolvimento (formado por dois argumentos que venham sustentar a tese que se quer defender e que está explicitada na introdução) e Conclusão (com proposta de intervenção que venha respeitar os direitos humanos vigentes).

A tradição nos lega um ensino voltado para o estudo da língua destinado à apreensão passiva de regras e termos presentes nas gramáticas. Fato que promove, em muitas ocasiões, o distanciamento entre os valores da oralidade e da escrita, autênticas formas de manifestação cultural da língua. As realizações linguísticas, sem exceção, dependem de um texto para existirem, além de um gênero que defina suas objetivações. Portanto, extirpar da teoria e da produção textual a noção de gêneros textuais enquanto função é deixar de fora da prática escolar as relações sociais nas quais a escola obrigatoriamente deve estar inserida. (p.26)

Defendemos, portanto, um trabalho com o gênero dissertação-argumentação pautado no uso da norma padrão da língua portuguesa (considerando a normatividade das construções sintáticas, das construções argumentativas, etc), mas também acreditamos que, conforme demonstrado neste artigo, outras formas de uso já consagradas na sociedade e respaldadas em estudos científicos devem ser consideradas para efeito de realização comunicativa concreta.

Concordamos com Martins (2013) quando afirma que o ensino de gramática não deve desaparecer dos bancos escolares. Concordamos também quando o mesmo autor diz que tal trabalho das regras gramaticais deve estar pautado em estratégias que mostrem ao aluno em qual contexto determinado uso deve ser efetivamente considerado. Nas palavras de Martins (2013):

Deve-se ensinar gramática e esse ensino deve estar presente desde o ingresso (ou mesmo antes dele) dos alunos nos bancos escolares. Deve-se ensinar gramática, no entanto, deve-se fazê-lo como quem ensina técnicas de como respirar melhor para um bom desempenho em uma corrida, ou para uma sessão de yoga. Nossos alunos, assim respiram, dominam já a gramática da língua que usam em muitas e variadas situações comunicativas. É função da escola fazer com que ele aprenda a usar as diferentes variedades da sua língua as mais diversificadas situações sociocomunicativas. (p. 205)

Se se para a gramática normativa a indeterminação do sujeito acontece nas formas de 3PS e 3PP, ou ainda nas construções com o SE apassivador, analisamos – mesmo que brevemente – outras formas de indeterminação que nada contrariam a normatividade da gramática. Então por que não usar, por exemplo, a 1PP como forma de indeterminação e mostrar ao aluno que tal uso pode ser efetivo na produção de tal gênero? Por que dizer que o uso da 1PP deve ser considerado em “sentido genérico” quando sabemos que nada mais é que outra forma de indeterminação do sujeito?

Para que tais debates sejam travados em sala de aula, acreditamos no planejamento do professor, no preparo intelectual que ele detém para ministrar uma aula de gramática que tanto considera as regras da GT, mas também leva em conta os usos reais da língua materna. E, quanto ao trabalho com o sujeito e suas formas de indeterminação, concordamos com Martins (2013, p. 205) quando nos diz que:

Em se tratando do sujeito gramatical (como um conteúdo a ser trabalhado na escola nos diferentes níveis do Ensino Fundamental e Médio) só fara sentido se o estudo se voltar à conceituação de definição do sujeito de acordo com as normas reais, efetivamente utilidades por uma comunidade, devendo considerar:

- (i) A possibilidade de não lexicalização do sujeito – o sujeito nulo (referencial e expletivo).
- (ii) A expressão do sujeito cada vez mais preenchido (ou lexicalizado) na gramática do PB, considerando aspectos da gramática, tais como os traços de [+/- humano, +/- específico] do referente.
- (iii) A expressão e a relação do sujeito gramatical com os fenômenos da ordem e da concordância, necessária para a própria definição do sujeito gramatical.

4. Considerações (talvez) Finais

O que estamos propondo neste artigo diz respeito a uma reflexão que merece

muito nossa preocupação: o fato de outras formas de indeterminação do sujeito serem usadas e/ou aceitas pelo Exame Nacional do Ensino Médio, considerando, obviamente, o contexto de formalidade na produção do gênero dissertação-argumentação. Acreditamos ainda que a partir das redações do ENEM um mapeamento sociolinguístico pode ser feito no tocante ao uso do sujeito, seja de referência indeterminada, como também determinada¹³.

Portanto, além de pesquisar para mostrar resultados quantitativos nos centros universitários, estudos sobre o sujeito gramatical devem ser realizados para levar os alunos – a partir do trabalho realizado em sala de aula pelo professor - a conhecerem a língua em sua forma viva, permitindo um trabalho pautado no verdadeiro e real aprendizado.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Janivan da Silva. *A indeterminação do sujeito na variedade linguística de Feira de Santana: um estudo variacionista*. Feira de Santa/BA, 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) UEFS.

BAKHTIN, M. 2003. Os gêneros do discurso [2003^a [1952-1953]]. In: *Estética da criação verbal*. Trad.: P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, p. 261 – 306.

BERLINCK, Rosane de Andrade; DUARTE, Maria Eugênia Lammgloia; OLIVEIRA, Marilza de. Predicação. In: KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do. *A Construção da Sentença*. Vol. 2. São Paulo: Contexto, 2015, p. 81 – 150.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 406 – 414.

CASTILHO, Ataliba T. De. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

COELHO, Izete Lehmkuhl; et al. *Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

COAN, Márluce; FREITAG, Raquel Meister Ko. *Sociolinguística Variacionista*:

¹³ Sobre um Mapeamento Sociolinguístico do nosso português, sugerimos a leitura do livro organizado por Martins e Abraçado (2015) e publicado pela editora Contexto.

pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. In: Domínios da Linguagem, V. 4, n 2, 2º Semestre de 2010, p. 173 a 194.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013, p. 136 – 146.

CUNHA, Cláudia de Souza. *Indeterminação pronominal do sujeito*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado), UFRJ.

DANTAS, Wallace. Gêneros Textuais: teoria e aplicação às aulas de Língua Portuguesa. *Revista Crátilo*, v. 8, n.1, ago. 2015, p. 25 – 33.

DUARTE, Maria Eugenia. Termos da oração. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Orgs). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 185 – 203.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Campinas/SP, 1999. (Tese) Doutorado em Ciências – UNICAMP.

ENEM - Manual de Redação do ENEM. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2015/edital_enem_2015.pdf

GODOY, Maria Alice Maschio. *A indeterminação do sujeito no interior paranaense: uma abordagem sociolinguística*. Paraná, 1999. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística), UFPR.

LABOV, William. Padrões Sociolinguísticos. Trad.: BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Caroline Rodrigues. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19 – 46.

MARTINS, Marco Antonio. Sobre (a necessidade de) o ensino de Gramática: explorando aspectos da sintaxe do sujeito no português brasileiro. In: MARTINS, M.A.(Org.) *Gramática e Ensino*. Natal: EDUFRN, 2013, p. 189 – 207.

_____. *Entre Estrutura, Variação e Mudança: uma análise sincrônica das construções com –se indeterminador no Português do Brasil*. Florianópolis. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFSC.

_____; VIEIRA, Sílvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). *Ensino de português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

MILANEZ, Wânia. *Recursos de indeterminação do sujeito*. Campinas, 1982.

Dissertação (Mestrado em Linguística), Unicamp.

PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152 – 183.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 184 – 207.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.